

NOVA DINÂMICA DEMOGRÁFICA

POLÍTICAS PÚBLICAS E A ECONOMIA DA LONGEVIDADE

Fenômeno mundial, o envelhecimento populacional é um dos grandes desafios brasileiros pelo ritmo acelerado que vem ocorrendo e alterando a dinâmica demográfica do País. Isso implica na urgência em pensar mecanismos para, principalmente, estender a renda e o acesso à saúde necessários para viabilizar a velhice e longevidade com qualidade de vida por meio da criação de estratégias, políticas e práticas de gestão pública, ainda mais considerando as desigualdades e a diversidade de situações no Brasil.

O Brasil também pode enfrentar o desafio da questão demográfica adotando em suas políticas uma estratégia industrial e de desenvolvimento econômico e inovação em consonância com a Economia da Longevidade, a partir de uma visão sistêmica e um trabalho articulado junto aos setores produtivos, universidades e centros de pesquisa.

A TENDÊNCIA É DE RÁPIDO ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E UM BRASIL MAIS FEMININO

37,8% dos habitantes brasileiros serão idosos, e a idade média da população deve chegar a 48,4 anos em 2070, de acordo com as projeções do Censo 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A proporção de pessoas idosas na população quase duplicou nos últimos 20 anos. Em 2030, as previsões mostram que haverá mais brasileiros com idade superior a 60 anos do que crianças. Em estados como Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, a população acima de 60 anos já é maior do que a de 0 a 14 anos. Os estados mais jovens são da Região Norte: Amapá, Roraima e Amazonas.

Quanto à população de mulheres, apesar do Censo 2022 apresentar um Brasil mais feminino, com 6 milhões a mais de mulheres do que homens, o envelhecimento da população tem relação com a queda acelerada na taxa de fecundidade. De acordo com o IBGE, em 1970, cada mulher tinha em média seis filhos. Hoje, o número de filhos por mulher vem caindo, e as projeções indicam que deve chegar em 2070 à taxa de 1,50.

MUDANÇAS NO PERFIL DA POPULAÇÃO E NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

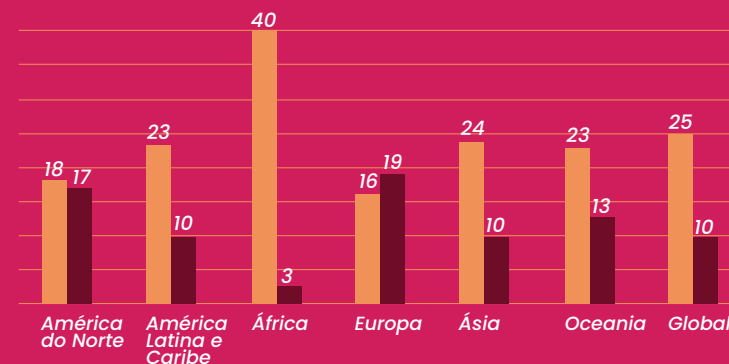
Segundo o IBGE, com base no Censo 2022, são 15,9% da população com mais de 60 anos ou 34,3 milhões de pessoas. As projeções também mostram que a população brasileira irá começar a diminuir a partir de 2041, chegando a 2070, último ano da projeção, com menos habitantes do que temos atualmente: 199,2 milhões. Hoje, são 212,6 milhões de habitantes (dados de 1º de julho de 2024).

Áreas como Habitação, Mobilidade Urbana, Saúde, Educação, Ciência e Tecnologia e Previdência Social devem ser repensadas e revisadas de acordo com essa nova configuração populacional, com gerações mais jovens cada vez menores.



% DA POPULAÇÃO NOS GRUPOS ETÁRIOS - 2022

■ ABAIXO DE 15 ANOS
■ ACIMA DE 65 ANOS



Fonte: Population Reference Bureau

Além disso, grande parte como decorrência das políticas sociais, em especial, através dos benefícios previdenciários, como aposentadorias ou pensões, e assistência social, sobretudo para os mais pobres, as pessoas acima

de 60 anos assumem significativa participação na composição da renda total das famílias, na condição de principais provedores ou corresponsáveis – o que não estava previsto na concepção desses sistemas.



**Radar
Analítico
FUG**



**DESTAQUES – DO
DEBATE PÚBLICO
AO CONGRESSO
NACIONAL**

**A “ECONOMIA DA LONGEVIDADE”: UMA NOVA
VISÃO SOBRE O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL**

A “Economia da Longevidade” é uma área que estuda as mudanças na economia suscitadas pelo novo perfil da população, ou seja, a demanda de uma série de produtos e serviços a partir da nova dinâmica demográfica e o seu impacto nas políticas públicas e implicações na economia, levando em conta a busca por um envelhecimento saudável, ou seja, considera também um consumidor mais jovem que está se preparando para essa fase da vida.

Vários países têm adotado esse conceito como parte das estratégias de desenvolvimento econômico e de política industrial desde 2013, quando a França foi pioneira em anunciar medidas para impulsionar a economia da longevidade com a Lei de Adaptação da Sociedade ao Envelhecimento e o relatório “A Economia Prateada, uma oportunidade de crescimento para França”. Contempla, por exemplo, arquitetura, mobiliário, setor automotivo e as “agetechs”, startups que produzem soluções para o público maior de 50 anos.

Essa estratégia contribuiu para o surgimento de outra área de estudos e atuação pública, no contexto de alto valor agregado como o uso de Inteligência Artificial: a Gerontecnologia. No Brasil, foi fundada, em 2017, a Sociedade Brasileira de Gerontologia (SBGTec), que tem como finalidade desenvolver o conhecimento sobre a tecnologia de apoio à vida da pessoa idosa.



Mapeamento do Ecossistema de Inovação Social em Longevidade no Brasil – Pesquisa realizada pela Ashoka, Instituto Beja e Itaú Viver Mais, com relatório previsto para última semana de setembro, visa acelerar mudanças nas políticas públicas ao identificar iniciativas que contribuem para repensar e transformar a experiência de longevidade no país e conectar e impulsionar ideias e ações inovadoras em resposta ao rápido envelhecimento da população brasileira.

Política Nacional de Cuidados – No contexto da “Economia do Cuidado” e do relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) “Cuidadoras de pessoas idosas: sobrecarregadas e mal pagas”, de junho de 2024, que aponta a necessidade urgente de políticas para desenvolver as habilidades e melhorar as

condições de trabalho e bem-estar dos cuidadores, em 2023, foi constituído um grupo de trabalho interministerial (GTI-Cuidados) para elaboração do texto do Projeto de Lei 2.762/24 já encaminhado ao Congresso Nacional. A discussão sobre o tema pode gerar um marco legal que estabeleça o compromisso do Estado com os cuidados de longo prazo com crianças, pessoas idosas e com deficiências. De acordo com a proposta, o Poder Executivo Federal deverá elaborar periodicamente o Plano Nacional de Cuidados.

Proposições Legislativas – Há dezenas de projetos de lei em tramitação no Senado Federal com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos brasileiros acima dos 60 anos. Do MDB, destacam-se o PL 4.652/19 (Veneziano Vital do Rêgo, MDB-PB) e o PL 4.438/21 (Simone Tebet, MDB-MS).



PENSATA

RECONFIGURAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO E REQUALIFICAÇÃO COM INCLUSÃO DIGITAL PARA MAIOR AUTONOMIA FINANCEIRA

Com o fim do bônus demográfico e aumento da expectativa de vida, maior será o número de profissionais economicamente ativos, com mais pessoas prolongando a sua permanência no mercado de trabalho para além da aposentadoria, além de estudando e se atualizando, o que exige a preparação e formação de um novo olhar dos agentes políticos e gestores públicos.

Apesar dos desafios, o envelhecimento populacional traz oportunidades para o desenvolvimento do empreendedorismo

entre pessoas idosas e intergeracional e setores econômicos específicos, como saúde, cuidados de longa duração, turismo assistivo e produtos de bem-estar, além da possibilidade de valorização da força de trabalho multigeracional.

No entanto, é importante também atentar para a vulnerabilidade que esse grupo etário maior de 60 anos de classes de renda mais baixas e de determinados territórios terá no mercado de trabalho, resultante da baixa média de anos de estudo e da exclusão digital, em um contexto em que, por muitas vezes, são fundamentais para a sobrevivência de suas famílias. Os municípios brasileiros de pequeno e médio porte são especialmente mais afetados pela situação econômica desse grupo etário.

“Com o envelhecimento da população, é preciso analisar a necessidade de mais investimentos na saúde e avaliar, por outro lado, se os gastos com educação são eficientes diante dos índices do Brasil nessa área. Isso nos dá novas responsabilidades no desenho de políticas públicas.”

Simone Tebet, Ministra do Planejamento e Orçamento e Vice-Presidente de Formação Política da Fundação Ulysses Guimarães